

## Prólogo: A 'Cultura' na Agenda de Direitos e Políticas Públicas (2003-2015)

---

Antonio Motta<sup>a</sup>  
Luiz Oliveira<sup>b</sup>

Na antropologia a discussão sobre políticas culturais tem ocupado, até agora, um lugar secundário, com pouco peso heurístico. Isto porque a cultura – quando tratada sob a perspectiva das políticas públicas – é entendida como algo subordinado a um ordenamento de práticas e de discursos administrados pelo Estado, o que, para muitos, a distancia dos objetos de interesse antropológico. Provavelmente, por isso, o tema das políticas culturais tenha se aclimatado com maior propriedade em outras áreas do conhecimento, a exemplo da sociologia, da comunicação, da economia, do direito e dos estudos culturais. Há que se acrescentar ainda o caráter relativamente recente das tentativas da institucionalização destas políticas num viés mais democrático e pluralista.

Com efeito, pesquisas de cunho etnográfico sobre esse tema são ainda relativamente escassas no cenário da antropologia nacional, carecendo, portanto, de um número maior de investigações, sobretudo, em relação aos efeitos sociais das políticas culturais nas comunidades e povos por elas contemplados, bem como no que se refere aos proce-

a Professor no Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE e atualmente é Visiting Research Fellow at University of Oxford (UK). E-mail: antonio-motta@uol.com.br.

b Professor na UFPI e pesquisador no Laboratório de Estudos Avançados de Cultura Contemporânea/LEC da UFPE. E-mail: luizantov@yahoo.com.br.

dimentos existentes em favor desses coletivos para acionar tais políticas, o que se lhes configura, ao que parece, uma forma importante de reivindicação de reconhecimentos e de direitos. Mas, se por um lado há certo desinteresse dos antropólogos pelas políticas públicas de cultura – ao menos *per se* –, por outro lado, isto vem a contrastar com o papel atual que essas políticas vêm desempenhando nos agenciamentos políticos de grupos populares e étnico raciais por eles estudados.

Tal fato se torna mais visível em contextos mais contemporâneos, quando se observa a adoção de uma linguagem dos chamados direitos coletivos, frequentemente articulada, com eficácia, aos usos instrumentais da categoria cultura. Deste modo, cultura, quando transformada em ação na esfera pública, torna-se uma das principais referências para o reconhecimento social e, em alguns casos, para o ‘empoderamento’ de novos sujeitos políticos. Tome-se como exemplo as políticas do patrimônio e dos museus onde, muitas vezes, regimes de discursividades sobre a ‘cultura como direito’ têm sido apropriados e utilizados pelos povos indígenas, afrodescendentes e demais ‘atores sociais da diversidade’ como forma de agenciar políticas e recursos públicos.

Desde então, o que parece ocorrer, no campo da pesquisa antropológica, é a descoberta, *in situ*, das apropriações nativas ou ‘indigenizações’ destas políticas, despertando, assim, um interesse tangencial ou tardio sobre o tema. Isto talvez esteja ligado a uma fundante e persistente influência da pesquisa antropológica na construção de alteridades exóticas, pretendendo, dessa maneira, manter-se distanciada do olhar objetivador do Estado.

Não é por acaso que, ainda hoje, a antropologia tenha gravitado em torno de dois polos de compreensão das relações sociais. Em um deles a cultura seria esvaziada da sua temporalidade ou historicidade, buscando-se minimizar os impactos que podem exercer os atores no mundo social. No outro, os regimes de historicidade seriam recuperados e, com isso, a cultura seria politizada, centrando-a em suas particularidades dinâmicas, com especial inflexão nos sujeitos sociais em ação.

Para a primeira perspectiva aqui referida, a antropologia tende a privilegiar um conceito de cultura mais afeito a realidades sociais autocontidas e estáticas. Com isso, ao que tudo indica, teria dado condições, especialmente no mundo contemporâneo ou em sociedades industrializadas, para a proliferação dos chamados estudos culturais a reivindicar a autoria de uma nova acepção aplicativa para o termo cultura, compreendido, a partir de então, como recurso econômico ou político na esfera pública.

Já para a segunda perspectiva antropológica aludida – que também soube incorporar outras preocupações relacionadas à esfera pública –, a principal questão estaria vinculada à concepção de cultura como direito e, de certo modo, também como ‘recurso’, o que teria permitido ainda o entendimento da cultura como bem coletivo e de caráter público. Certamente, essa nova compreensão tem concorrido para que as diferenças culturais ganhem visibilidade nos imaginários políticos nacionais e internacionais e, portanto, continuem a suscitar novas formas de mobilização social e de recursos simbólicos na busca pelo reconhecimento e garantia de direitos culturais. Assim, a ideia de cultura como direito e como recurso tem permitido o fortalecimento de novas noções de justiça social e de cidadania, celebradas, ao lado do princípio da participação política da sociedade civil, como marcas de um processo de aprofundamento democrático.

Portanto, o hiato existente entre a produção intelectual antropológica e a aplicação das políticas culturais na esfera pública constitui, sem dúvida, um desafio premente a ser enfrentado pelos antropólogos. No Brasil, uma das primeiras autoras a assinalar a importância retórica da ‘cultura’ – grafada com aspas e acionada publicamente no contexto da sociedade civil – foi Manuela Carneiro da Cunha (2009) que buscou refletir sobre tensões e ambiguidades relacionadas a este conceito quando ele ultrapassa os limites do debate acadêmico e é reivindicado – na perspectiva de ‘indigenização da modernidade’ de Sahlins – como recurso capaz de promover conquistas políticas e de desenvolvimento econômico para os grupos que o acionam no âmbito do processo denominado de patrimonialização das diferenças.

No Brasil, essas transformações podem ser associadas ao movimento de mudanças semânticas e políticas que vem incorporando o conceito de cultura (no seu sentido antropológico) ao campo das políticas públicas. Passa-se, com isso, a contemplar de modo progressivo (a exemplo do que ocorreu com o Plano Nacional de Cultura proposto pelo MinC e aprovado no final de 2010, por meio da Lei nº 12.343) demandas de reconhecimento social e de desenvolvimento econômico de povos ou grupos que buscam, no espaço público, o exercício de uma maior autonomia ou autodeterminação. Vale acrescentar que esta ampliação de sentidos e de usos da noção de ‘cultura’ também está inscrita no âmbito de uma nova ordem discursiva internacional sobre direitos humanos e suas derivações nos direitos culturais que, com sua aura emancipatória, converteu as tradições culturais de povos ou grupos em instrumentos políticos para reivindicação de direitos.

Atualmente, algumas ações culturais do Estado brasileiro podem ser tomadas como exemplos das transformações ocorridas – ainda que com baixo grau de institucionalidade – em sua relação com a sociedade civil num contexto de criação ou ampliação de espaços de participação política e de redefinição do papel do Estado. Assim, o modelo de democracia participativa, bem como as construções discursivas a ele associadas – tais como cidadania diferenciada e direitos culturais na condição de moeda corrente nos debates sobre o papel social das políticas e instituições públicas – buscaram ressignificar esta relação, colocando o Estado na tutela dos direitos oficialmente reconhecidos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Neste contexto de ampliação de direitos e de alargamento do campo de atuação do Estado – no qual vem ocorrendo a aludida apropriação progressiva de certa discursividade antropológica – intensificam-se os debates a respeito do papel da cultura no espaço público, com participação ainda tímida dos antropólogos. No entanto, o contraste entre os usos instrumentais da ‘cultura como diferença’ e o seu sentido de bem público ou comum no imaginário político dos Estados democráticos originados de princípios liberais, por exemplo,

apresenta-se como importante ponto de tensão e um novo campo para a atuação reflexiva e crítica dos antropólogos que, a sua maneira, sempre estiveram atentos às mudanças ocorridas no mundo que os cerca, como bem demonstram os trabalhos reunidos nesse dossiê.

### Um campo em processo

No Brasil, a maioria dos estudos sobre políticas culturais está ligada ao trabalho de agentes internos. Essa tendência, de certo modo, tem se caracterizado por um pronunciado vezo institucional, especialmente afeita aos gestores públicos e da iniciativa privada. Em sua maioria, tais estudos têm sido realizados no âmbito de instituições públicas e privadas beneficiárias destas políticas e geralmente produzidos de maneira dispersa ou multivocalizada (Calabre 2009).

No âmbito das ciências sociais no Brasil, destaca-se a publicação pioneira organizada por Sérgio Miceli, em 1984, sobre as políticas públicas de cultura gestadas na redemocratização. Trazendo diferentes contribuições sobre as relações entre *Estado e Cultura no Brasil*, este conjunto de ensaios retrata o resultado das mudanças que vinham ocorrendo desde a década anterior no cenário das políticas culturais, ainda sob o domínio dos militares, quando se começa a ampliar, com Aloísio Magalhães, a compreensão do campo das políticas culturais em função da ideia de diversidade cultural brasileira.<sup>1</sup>

É neste momento ainda que se verifica o surgimento de uma primeira iniciativa para a construção do campo de estudos sobre as políticas culturais em cursos de Pós-Graduação nas universidades brasileiras. Assim, é criada, em 1986, uma linha de pesquisa sobre o tema, denominada Ação Cultural, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, da Universidade de São Paulo (USP).<sup>2</sup> Na década seguinte, o Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC), vinculado à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pode ser também tomado como um exemplo de formação deste campo de estudos, criando, alguns anos depois, o seu Programa de Pós-Doutorado em Estudos Culturais, seara na qual

o binômio política e cultura – sobremaneira em contextos intelectuais anglófonos – tem historicamente encontrado terreno próprio. É emblemática da situação acadêmica dos estudos sobre políticas culturais no Brasil a criação, no âmbito de uma Faculdade de Letras, do PACC e do seu Programa de Pós-Doutorado em Estudos Culturais que, através da linha de pesquisa Cultura e Desenvolvimento, tem pretendido refletir a respeito da relação entre produção e consumo culturais e formas de inclusão social e de cidadania.<sup>3</sup>

No que se refere à graduação, destaca-se a criação simultânea dos dois primeiros cursos voltados para a área da produção cultural em 1995 no Rio de Janeiro e na Bahia como reflexos das mudanças que vinham ocorrendo no campo das políticas culturais no Brasil. Desse modo, o curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, e a habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, no âmbito do curso de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, expressavam a necessidade de profissionalização do agente mediador entre a cultura e o mercado, de acordo com o modelo de financiamento das políticas públicas de cultura via renúncia fiscal, instituído desde meados da década de 1980, a partir da vigência da chamada Lei Sarney (Lei nº 7.505 de 2 de julho de 1986) e, mais tarde, da Lei Rouanet (Lei nº 8.313), aprovada em 1991 no governo Collor.

No caso da instituição baiana, destaca-se a criação, em 2003, do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) que vem promovendo, a partir de 2005, o Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), reunindo anualmente pesquisadores da área.

Na construção deste campo acadêmico de pesquisas se observa que a associação entre Políticas Culturais e Comunicação faz parte do processo de reivindicação de um lugar institucional autônomo para esta última em relação às ciências sociais, notadamente a sociologia. Dessa maneira, a consolidação da Ciência da Comunicação como uma nova área de conhecimento no cenário acadêmico, legitimada pelas instituições de fomento à pesquisa, também está relacionada ao

surgimento de um novo campo de interesse de pesquisa até então pouco assumido pelas ciências sociais vigentes, a exemplo da própria antropologia que não possuía, em seu léxico tradicional de trabalho, a expressão políticas públicas, embora seus praticantes não apenas etnografassem ‘ações de Estado’, mas também participassem de intervenções governamentais, notadamente na esfera das políticas para os povos indígenas (ver o artigo de Souza Lima & Castro neste volume).

Na esteira deste mesmo processo de criação do campo dos estudos e pesquisas sobre as políticas culturais no Brasil ganham destaque também a Fundação Casa de Rui Barbosa, no âmbito do Ministério da Cultura (MinC)<sup>4</sup>, e o Instituto Itaú Cultural<sup>5</sup>, na seara da iniciativa privada. Tais instituições, juntas, têm sido responsáveis por parcela significativa da produção atual sobre políticas culturais no Brasil, acrescentando-se as pesquisas realizadas no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Nos últimos anos vem crescendo o interesse acadêmico pelas políticas culturais com o surgimento de outros cursos de graduação e de pós-graduação, como os promovidos pela Fundação Getúlio Vargas, resultando num progressivo aumento das publicações neste campo. Todavia, pode-se dizer que a ênfase dada à formação de gestores na maioria dos cursos, em atendimento às demandas pela profissionalização destes, faz com que a produção reflexiva seja, além de endógena, de caráter menos sociológico do que ‘aplicado’ ou ‘avaliativo’ a respeito do conjunto das políticas culturais adotadas no Brasil.

Voltando à questão da produção antropológica nacional, vale a pena chamar a atenção para o fato de que, embora as políticas culturais ainda não gozem de maior prestígio como campo de estudo legítimo para os antropólogos, pode-se ao menos afirmar que as preocupações relacionadas ao universo da *policy* (ação administrativa ou política pública) não são estranhas aos seus objetos de estudo. Demonstram, por exemplo, Teixeira & Souza Lima (2010) como vem se constituindo uma “antropologia da administração e da governança no Brasil”, a partir dos

estudos realizados nos anos 1960/1970 e 1980 em torno de três grandes feixes temáticos: indígenas, campesinato e espaço urbano. Na mesma direção, Souza Lima & Castro (2008) apresentam um estado da arte do tema das políticas públicas nas pesquisas antropológicas nacionais.

Neste campo, destaca-se mais contemporaneamente o próprio Souza Lima que, no âmbito do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo menos desde a década de 1980, vem se dedicando ao que veio se chamar de Antropologia do Estado. Assim, na esteira dos estudos que tomaram como objeto de investigação questões relacionadas aos impactos da administração pública junto aos grupos étnicos, camponeses, migrantes e imigrantes a enfatizar temas como construção de nacionalidade, colonialismos internos, mudanças culturais e frentes de expansão, evidencia-se a construção do interesse dos antropólogos por questões políticas ou 'da política'.

Será desse modo que, na segunda metade da década de 1990, irá surgir grupos como o Núcleo de Antropologia da Política (NuaP), envolvendo pesquisadores do PPGAS do referido Museu Nacional (Moacir Palmeira, José Sérgio Leite Lopes e Beatriz Heredia), da UnB (Mariza Peirano, Luís Roberto Cardoso de Oliveira e Carla Costa Teixeira) e da UFC (César Barreira, Julia Miranda e Maria Auxiliadora Lemenhe), com a participação também de Antonio Carlos de Souza Lima que, no âmbito do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED), vem congregando pesquisadores interessados nas temáticas das políticas públicas, dos processos de formação do Estado e dos seus modos de governamentalização.<sup>6</sup>

Na USP, a tradição de estudos sobre fenômenos urbanos que remonta à linhagem dos estudos realizados e orientados por Eunice Durham e Ruth Cardoso, dando destaque aos movimentos sociais, também se desdobraram em pesquisas, como as empreendidas pelo Núcleo de Antropologia Urbana (NAU) encabeçado por José Guilherme Magnani desde o final da década de 1980, nas quais a preocupação com as políticas ou ações administrativas do Estado se faz presente. Preocupação também de algumas investigações realizadas no âmbito

do Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), criado em 1993; no Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), criado em 1994; no Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado em 1995; no Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI) da Unicamp, criado em 1996 e, dentre outros, no Laboratório de Estudos das Violências (LEVIS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado em 1996. A partir dos anos 2000, crescem exponencialmente os grupos de pesquisa voltados para a temática e o número de trabalhos acadêmicos a ela dedicada (Teixeira & Souza Lima 2010).

Já no que se refere mais especificamente ao campo dos direitos e das políticas culturais, vale mencionar que no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, há uma linha de pesquisa, movimentada através do Laboratório de Estudos Avançados de Cultura Contemporânea (LECC), dirigido pelo professor Antonio Motta, que, entre outros temas, tem contemplado este assunto. Este Laboratório mantém convênio acadêmico institucional com o Programa de Antropologia de Ibero América, da Universidade de Salamanca, Espanha, desenvolvendo pesquisas conjuntas sobre direitos e políticas culturais envolvendo ambos os países, além de parcerias com outros centros de pesquisa internacionais. Atualmente conta com uma produção significativa de dissertações e teses sobre esse campo temático.

De maneira geral, apesar da carência de reflexões acumuladas sobre o tema das políticas culturais no âmbito dos departamentos de antropologia, se observa a existência de certa produção isolada de teses acadêmicas em alguns destes departamentos e programas de pós-graduação que, de alguma forma, tem referenciado ou tomado por base tais políticas, pontuando discussões em grupos de trabalho nos eventos que congregam antropólogos nacionais e estrangeiros, como a Reunião Brasileira de Antropologia, a Reunião Equatorial de Antropologia e a Reunião de Antropologia do Mercosul.

Ainda no que se refere a esta escassez de pesquisas antropológicas a respeito das políticas públicas de cultura, convém lembrar que uma iniciativa pioneira na seara dos estudos etnográficos sobre a relação entre políticas culturais e povos indígenas é representada pela publicação, em 2014, da coletânea de textos organizada por Manuela Carneiro da Cunha, resultante de um seminário realizado em outubro do ano anterior na Universidade de São Paulo (USP), organizado pelo Centro de Estudos Ameríndios (CestA) desta universidade e pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), por meio de um projeto financiado pela Fundação Ford.<sup>7</sup> Nesta relação Carneiro da Cunha chama a atenção para a distinção entre políticas culturais para os índios, políticas culturais dos índios e as que os envolvem, atentando para os efeitos produzidos por suas conjugações e entrelaçamentos e lembrando que “enquanto os números agregados são a via preferencial das políticas, é pela etnografia que elas são testadas” (2014:9).

Seriam, assim, os aportes etnográficos trazidos por um maior interesse dos antropólogos sobre o campo das políticas públicas de cultura contrapontos importantes à ‘perspectiva aplicada’ dos estudos sobre estas políticas, pondo à prova a efetividade dos discursos oficiais.

## O dossiê

A centralidade do conceito de cultura na definição de determinado conjunto de políticas públicas é o *leitmotiv* deste dossiê. É no bojo dessa discussão que os trabalhos aqui reunidos buscam, através de diferentes perspectivas, analisar o campo das políticas culturais ou das políticas públicas de cultura, atentando para os seus diversos desdobramentos teóricos e práticos.

A capacidade de percepção e a diversidade de modos de olhar dos autores, assim como os diferentes matizes de suas análises e interpretações, em sua maioria, conduziram-lhes a perscrutar um campo multifacetado de interesses temáticos. Deste modo, abrindo o primeiro grupo de reflexões, Antonio Carlos de Souza Lima e João Paulo Macedo e Castro em suas *Notas para uma abordagem antropológica da(s)*

*política(s) pública(s)* realizam um importante mapeamento deste tema nas áreas das ciências sociais tradicionalmente dedicadas ao estudo da *policy*, bem como a respeito da sua presença e aclimação no campo das pesquisas antropológicas. Descrevem inicialmente, assim, os modos pelos quais a chamada *policy science*, objeto da ‘subdisciplina’ da ciência política, tem sido apreendida por antropólogos e demais cientistas sociais, tanto nos contextos internacionais de sua produção quanto no Brasil. Como resultado da ‘leitura interessada’ que empreendem do campo de estudos das políticas públicas, os autores buscam apresentar as contribuições possíveis da antropologia nesta seara, apontando para questionamentos éticos e políticos do fazer prático e reflexivo dos antropólogos ao lidarem com este tema.

Também discutindo o campo das políticas públicas, Caio Gonçalves Dias propõe-se a falar do *Tratamento da cultura no Brasil e sua institucionalização* no período de 1985 a 2013, ou seja, em quase três décadas de reconstrução democrática do País. Em seu texto chama a atenção para o papel do *marketing* cultural na consolidação do Ministério da Cultura (MinC), criando para este uma rotina burocrático-administrativa fundada nas leis de incentivo. Surgido no início da redemocratização, o MinC, também ancorado numa linguagem dos direitos, ganha maior institucionalidade com a vigência deste instrumento de financiamento das atividades culturais e artísticas que lhe permitiu gerir recursos que ultrapassaram em muito o seu orçamento. Assim, a criação e a consolidação do ministério, numa parceria ‘público-privado’, serve para pensar determinada etapa do processo de formação de Estado.

É este mesmo processo que interessa também a Pedro Gondim Davis em sua contribuição ao presente dossiê. Focando os temas do planejamento e da participação como elementos necessários à construção das políticas públicas de cultura sob um modelo de Estado democrático que se pretende instituir, descreve o autor o processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte (MG) ocorrido em 2012. *Planejar e participar*, desse modo, são vistos como as duas dimensões através das quais a área da cultura se afirma no espaço

público como “canal para ampliação do alcance de determinadas tecnologias de governo”. Isto é, chama a sua atenção a maneira pela qual saberes e rotinas administrativas podem ser replicados, projetados e reproduzidos no afã democrático de converter as políticas públicas de cultura de ‘políticas de governo’ em ‘políticas de Estado’.

Partindo do pressuposto de institucionalização deste Estado democrático e de uma agenda pública para a diversidade, Antonio Motta e Luiz Oliveira buscam demonstrar, a partir do campo do patrimônio e dos museus no Brasil contemporâneo, a inserção da *Cultura nas malhas da política*, ou seja, o papel do conceito de cultura na definição de políticas e de direitos. Interessados nas questões relacionadas ao uso e emprego da cultura como categoria discursiva e aplicativa no espaço público, os autores refletem sobre como tal categoria vem sendo associada a processos de aprofundamento democrático nos últimos anos. Isto se dá por meio de uma crescente apropriação das discursividades da cultura como direito pelos povos indígenas, afrodescendentes, populações tradicionais, grupos populares e demais atores sociais da diversidade. Exemplos disso são dados no surgimento dos ‘museus de si’ como espaços de expressão das ‘experiências de identidade’ destes atores que buscam, por meio de tais instituições, representar publicamente suas almejadas autonomias e autodeterminações negociando noções de justiça social e de cidadania.

Ainda no campo do patrimônio e dos seus desdobramentos políticos, abrindo uma segunda seção dos estudos aqui reunidos, Manuel Ferreira Lima Filho, a partir das ideias de insurgência e de agência, formula um conceito de *Cidadania patrimonial* que dá título ao seu trabalho. Com base em suas experiências na seara dos estudos e das políticas de patrimônio, reflete sobre a noção de cidadania cultural e as modulações nas práticas de cidadania patrimonial, colocando em evidência os modos de adesão, resistência e negação das políticas patrimoniais ‘totalizadoras da nação’ por parte de diferentes atores sociais: Povos do Xingu, Ciganos de Trindade em Goiás, paineleiras de Goiabeiras no Espírito Santo, baianas do acarajé, sambadores do

samba de roda do recôncavo baiano, mestres de capoeira e índios Wajãpi do Amapá.

A partir de suas notas etnográficas sobre processos de patrimonialização na cidade de Goiás, Izabela Tamasso, por meio de uma abordagem de inspiração geertziana, sugere pensar *Os patrimônios como sistemas patrimoniais e culturais*. Isto implica, de acordo com sua proposta, em considerar as articulações destes sistemas com outros e suas variações em diferentes contextos culturais. No caso descrito, busca assinalar a relação constitutiva de ‘interanimação’ entre várias categorias patrimoniais, percebidas como produções ‘metaculturais’, chamando ainda a atenção para a necessidade de atendimento prioritário, nas políticas públicas de patrimônio, das demandas dos grupos locais, levando-se em consideração também os diálogos com agências nacionais e internacionais. São, desse modo, as constantes interações entre diferentes ordens e sistemas patrimoniais, sejam eles locais, nacionais e ‘mundial’, a condição para relações menos conflituosas entre os diferentes agentes das políticas patrimoniais.

Partindo de uma pesquisa etnográfica, Laura Navallo busca refletir sobre a curadoria e gestão cultural da 8ª Bienal Internacional de Dança do Ceará, ocorrida em 2011. Em *Administrar y curar una programación en danza contemporânea*, a autora descreve os diversos aspectos relacionados a sua realização, como a direção geral, artística e executiva, a curadoria e a programação, chamando a atenção para as distintas dimensões da prática curatorial e seus efeitos de verdade sobre o que seja dança contemporânea e práticas de governo voltadas para os públicos e os dançarinos. A curadoria, dessa maneira, é associada ao ‘jogo de cintura’ próprio da atividade política, convertendo os curadores em diretores executivos, mediadores e administradores públicos e privados.

É também a partir da observação etnográfica que Jorge Freitas Branco busca analisar e interpretar o Festival Interceltique (FIL), realizado na cidade de Lorient, na Bretanha. O festival, dedicado à música celta, além de consolidar o regionalismo identitário bretão,

tornou-se também um referencial nacional e internacional, inclusive inspirando outros festivais que foram aparecendo pelo norte da Península Ibérica (Avilès, Ortigueira, Porto, Sendim, entre outros). Como bem mostra o autor do texto, isso deve-se em parte às políticas culturais que incentivam o festival, e que se tornou um fator decisivo para o desenvolvimento econômico da cidade.

Em outra direção, António Medeiros, em *Roving the trail of images*, realiza uma leitura crítica sobre os temas das percepções e representações contemporâneas do patrimônio e da tradição da escrita etnográfica em Portugal, questionando certos modos de construção do nacionalismo lusitano, que tiveram lugar no final do século XIX e na primeira metade do século XX.

Por fim, a proposição deste dossiê justifica-se por ele preencher uma lacuna nos estudos antropológicos sobre políticas públicas que têm a cultura como o seu princípio norteador. Esperamos, com isso, problematizar e despertar no leitor o interesse por novas questões teóricas relacionadas a esta seara, sem, contudo, pretender esgotar um tema que, por sua própria natureza política, encontra-se vulnerável a mudanças e retrocessos em função das contingências políticas do regime democrático instituído no País.

## Notas

<sup>1</sup> Sobre o contexto de produção do livro, observa Gonçalves Dias tratar-se de “um trabalho conjunto entre uma instituição privada, o IDESP, e um órgão governamental, a Funarte” numa “conjunção de esforços – que passaria a ser marca de boa parte das pesquisas produzidas sobre o campo cultural nos anos 2000” (2014:160). Trata-se, como sugere o autor, de um processo de governamentalização do Estado tornado fundamental para pensar a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no País. Alicerçado no modelo neoliberal do incentivo fiscal, este campo deu projeção, vale lembrar, ao *marketing* cultural como atividade principal na seara de tais políticas, o que teria rebatimentos na construção do seu campo acadêmico.

<sup>2</sup> Criada em 1966, com a denominação de Escola de Comunicações Culturais, a ECA, desde seu início, pretendeu formar profissionais da comunicação para o mercado das chamadas indústrias culturais, consolidando certa produção acadêmica

na área da comunicação tornada também objeto de atuação das chamadas políticas culturais. Nos endereços eletrônicos <http://www3.eca.usp.br/institucional/historia> e <http://www2.eca.usp.br/eca50anos/pt-br/timeline> podem ser encontradas mais informações sobre sua memória institucional.

<sup>3</sup> Criado em 1994 e capitaneado por Heloísa Buarque de Hollanda, o PACC realiza seminários, abriga o projeto de extensão Universidade das Quebradas e Polo Digital – dedicado ao campo dos Estudos Culturais do *Software* –, além de manter um núcleo de documentação e publicar a Revista Z Cultural. Informações sobre este programa estão disponíveis no site <http://www.pacc.ufrj.br/o-pacc/>.

<sup>4</sup> A Fundação Casa de Rui Barbosa, surgida como museu em 1928 e tornada fundação em 1967, vem se dedicando a estes estudos desde o ano de 2002, sendo criado, no ano seguinte, o Centro de Pesquisa dedicado à realização de investigações na área, sobremaneira numa perspectiva histórica. Este setor de pesquisas vem promovendo também, desde o ano de 2006, seminários anuais para discutir o campo das políticas culturais no Brasil, ampliado para o contexto internacional a partir da sua edição de 2010.

<sup>5</sup> No âmbito deste é criado, em 2006, o Observatório Itaú Cultural que, logo três anos depois, passou a oferecer um curso de especialização em gestão cultural em parceria com a Cátedra da Unesco de Políticas Culturais, realizado na Universidade de Girona, na Itália, tendo à frente o pesquisador Teixeira Coelho. Outro equipamento importante do Observatório no campo dos estudos e pesquisas sobre as políticas culturais é a Revista Observatório Itaú Cultural, publicada pela primeira vez em 2007, por ocasião das comemorações dos 20 anos de fundação do referido Instituto.

<sup>6</sup> O LACED, sob a coordenação de João Pacheco de Oliveira Filho e Antonio Carlos de Souza Lima, reúne pesquisas que, inicialmente centradas no campo do indigenismo e da questão territorial correlata, têm tratado de diferentes processos de intervenção estatal.

<sup>7</sup> De grande importância na estruturação das ciências sociais brasileiras, a Fundação Ford, como sabido, apoiou a criação dos primeiros programas de pós-graduação em antropologia no Brasil. Além disso, merecem destaque suas ações afirmativas, por exemplo, junto aos povos indígenas na educação superior. Mais sobre a sua relação com as ciências sociais brasileiras em Miceli (1993). Para o caso da antropologia, consultar, dentre outros, o famoso ensaio de Corrêa (1995). Num contexto mais geral, para o papel das instituições filantrópicas – ou *philantropoids* – na reorientação ‘pós-evolucionista’ que marcou o fim da ‘era dos museus’ nas antropologias centrais anglo-americanas, vale lembrar também do provocador ensaio de Stocking Jr. (1985).

## Referências

CALABRE, Lia. 2009. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2009. “‘Cultura’ e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. pp.311-373. São Paulo: Cosac Naify.
- GONÇALVES DIAS, Caio. 2014. *Da ‘Antropologia Filosófica’ ao ‘Do-In Antropológico’*: um estudo crítico da ideia de políticas culturais no Brasil. 2014. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: MN-UFRJ.
- SOUZA LIMA, Antonio C. & CASTRO, João P. M. 2008. “Política(s) Pública(s)”. In PINHO, O. & SANSONE, L. (eds.): *Raça: Perspectivas Antropológicas*, pp351-392. Salvador: ABA; EDUFBA.
- TEIXEIRA, Carla & SOUZA LIMA, Antonio C. 2010. “A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?”. In MARTINS, C. B. & DUARTE, L. F. D. (eds.): *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Antropologia*, pp. 51-96. São Paulo: ANPOCS.